

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.709 - MG (2019/0346111-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MARCELO JUNIOR DOS SANTOS LIMA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MARCELO JUNIOR DOS SANTOS LIMA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no *Habeas Corpus* Criminal n.º 1.0000.19.106396-5/000.

Consta dos autos que o Recorrente teve sua prisão em flagrante convertida em preventiva em 07/08/2019, em razão da prática, em tese, do crime de roubo circunstanciado inculcado no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal.

Irresignada, a Defensoria Pública impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos do acórdão de fls. 112-122.

Daí o presente recurso, por meio do qual requer o Recorrente seja revogada a prisão preventiva, ao argumento de que não estão presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que a sua prisão cautelar viola o princípio da proporcionalidade e que é cabível a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, desse modo, em liminar e no mérito, a revogação de sua prisão preventiva.

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente diante do que consignou o Tribunal de origem a respeito da prisão preventiva do Recorrente (fl.121; sem grifos no original.):

"No caso em comento é possível verificar a periculosidade in concreto do agente, apta a justificar a necessidade de sua segregação cautelar.

Em que pese seja tecnicamente primário, conforme se verifica de sua certidão de antecedentes criminais e de sua folha de antecedentes criminais, (doc. Ordem 02), verifica-se que o paciente responde a ação penal pelo crime de furto qualificado e corrupção de menores, art. 155, §4º, inciso IV do CP e art. 244-B do ECA.

Verifica-se que ambos os crimes atingem o mesmo bem jurídico, além de terem sido supostamente praticados em concurso de pessoas, o que demonstra indícios de profissionalismo da conduta do paciente, assim como o risco de reiteração delitiva por ser criminoso habitual.

Soma-se a isso o fato de que, conforme se verifica da ata de audiência de custódia do dia 07 de maio de 2019 (doc. Ordem 02), ao paciente já havia sido concedida liberdade provisória cumulada com outras medidas cautelares quando preso em flagrante delito pela prática do crime previsto no art. 155, §4º, inciso IV do CP.

Contudo, ainda assim houve reiteração delitiva por sua parte no gozo do referido benefício.

Destarte, em que pese a primariedade do agente, existem circunstâncias aptas o suficientes a demonstrar a necessidade de sua segregação cautelar, de forma que não há que se falar em substituição por alguma das medidas previstas no art. 319 do CPP.

Por fim, importa ressaltar que o fato da vítima ter recuperado seu celular em absolutamente nada contribui para afastar a periculosidade do agente, especialmente porque tal fato se deu em razão da intervenção de policiais que conseguiram efetuar a prisão, recuperando a res."

Como se vê, os fundamentos da segregação cautelar não se mostram, ao menos *prima facie*, desarrazoados ou ilegais, pois as instâncias ordinárias destacaram o risco concreto de reiteração delitiva, considerando os indicativos de que o Recorrente apresenta registros de outras investigações e processos criminais em curso.

Segundo reiteradas manifestações deste Superior Tribunal, **a existência de inquéritos, ações penais em curso, anotações pela prática de atos infracionais ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar.** Nesse sentido: HC 450.322/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA,

julgado em 13/12/2018 (DJe 04/02/2019); HC 475.788/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018 (DJe 18/12/2018); HC 447.764/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019 (DJe 20/02/2019); e HC 476.134/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/02/2019 (DJe 19/02/2019).

Ressalte-se, ainda, que, nesta fase processual, não há como prever a quantidade de pena que eventualmente poderá ser aplicada, caso o Recorrente seja condenado, menos ainda se iniciará o cumprimento da reprimenda em regime diverso do fechado, de modo que não se torna possível avaliar a arguida desproporção da prisão cautelar imposta.

Ilustrativamente:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. GRAVIDADE IN CONCRETO. VARIEDADE DAS DROGAS. RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

3. A custódia cautelar não afronta, por si só, o princípio da homogeneidade ou da proporcionalidade, porquanto não há como estabelecer, neste momento inicial do processo, flagrante desproporção entre a medida cautelar e a sanção decorrente de eventual condenação.

4. Recurso ordinário desprovido." (RHC 98.483/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 27/06/2018; sem grifos no original.)

Outrossim, registre-se que, nos termos da jurisprudência desta Corte, "[e]stando presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, incabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão" (RHC 98.965/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 29/08/2018).

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeira instância, por meio das quais deverão constar o estágio atual do processo e a situação prisional do Recorrente.

Superior Tribunal de Justiça

Oficie-se à Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora